



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Balanco de Gestão 2019-2022

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

FICHA TÉCNICA

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Anderson Gustavo Torres
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Antonio Ramirez Lorenzo
Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Rodrigo Roca
Secretário Nacional do Consumidor

Bruno Andrade Costa
Secretário Nacional de Justiça

Paulo Gustavo Maiurino
Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Carlos Renato Machado Paim
Secretário Nacional de Segurança Pública

Ana Cristina Melo Santiago
Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública

Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo
Secretário de Operações Integradas

Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça
Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

Márcio Nunes de Oliveira
Diretor-Geral da Polícia Federal

Silvinei Vasques
Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal

Ricardo Borda D'Água de Almeida Braga
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Alexandre Cordeiro Macedo
Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Marcelo Augusto Xavier da Silva
Presidente da Fundação Nacional do Índio

EXPEDIENTE

Chefe da Assessoria de Comunicação
Ascom/MJSP
Fabiola Souza

Textos
Maiara Pires

Editora-chefe
Deborah de Salles Boudens

Projeto Gráfico
Santafé Ideias

Diagramação
Gabriel Medeiros
Hugo Pereira
Lidiane Holanda

Fotografia
Arquivo Nacional
Isaac Amorim
Marcus Iahn
Mario Vilela
Tom Costa

Contato:
61 2025-3135
imprensa@mj.gov.br

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

BALANÇO E RESULTADOS

n. 1, v. 1

Dezembro 2022

SUMÁRIO

Palavra do Ministro.....	7
O Ministério.....	11
Justiça.....	14
Arquivo Nacional (AN).....	15
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).....	16
Atos de concentração.....	16
Cartel e abuso de posição dominante	17
Cooperação internacional.....	17
Fundação Nacional do Índio (Funai).....	18
Segurança alimentar	18
Recursos destinados.....	19
Barreiras sanitárias.....	19
Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).....	20
Conselho Nacional de Combate à Pirataria.....	22
Fundo Nacional de Defesa de Direitos Difusos.....	22
Recall.....	22
Secretaria Nacional de Justiça (Senajus).....	23
Acesso à cidadania e justiça.....	23
Classificação Indicativa.....	24
Combate à corrupção.....	24
Cooperação Jurídica Internacional.....	24
Enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	25
Migração, Refúgio e Naturalização.....	25
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs	26
Segurança pública.....	28
Departamento Penitenciário Nacional (Depen).....	29
Assistência aos presos.....	29
Entrega de veículos	30
Inteligência penitenciária.....	30
População carcerária	30
Vagas em presídios.....	30
Polícia Federal (PF)	31
Identificação Biométrica.....	31
Solução de inquéritos.....	31

Polícia Rodoviária Federal (PRF).....	32
Aquisições.....	32
Crimes diversos.....	33
Inteligência policial.....	33
Operações.....	33
Taxa de acidentes.....	33
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen).....	34
Capacitações.....	34
ComprasSusp.....	35
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad).....	36
Leilões.....	36
Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).....	38
CidadeSusp.....	38
Força Nacional de Segurança Pública.....	39
Habite Seguro.....	39
Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021- 2030).....	39
Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Pro-Mulher.....	40
Programa Nacional de Normalização e Certificação - Pró-segurança.....	40
Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RIBPG.....	40
Sistema Nacional de Análise Balística - Sinab.....	40
Secretaria de Operações Integradas (Seopi).....	41
Combate a crimes cibernéticos.....	42
Combate aos crimes ambientais.....	42
Combate a queimadas e incêndios florestais.....	42
Combate ao desmatamento ilegal.....	43
Combate a ilícitos ambientais em terras indígenas.....	43
Combate ao crime nas fronteiras.....	43
Combate ao crime na rota marítima.....	44
Combate ao crime organizado.....	44
Combate à violência contra a mulher.....	44
Combate à violência contra crianças e adolescentes.....	44
Combate à violência contra idosos.....	45
Operação Eleições e Enem.....	45
Sistemas de inteligência.....	45
Centros Integrados de Comando e Controle.....	45
MJSP EM NÚMEROS.....	46
JUSTIÇA.....	46
SEGURANÇA PÚBLICA.....	49

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA





Palavra do Ministro

Conduzir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde março de 2021, para cumprir a sua missão institucional foi motivo de honra. Meu agradecimento especial ao presidente da República, Jair Bolsonaro, por confiar a mim esse importante cargo.

Agradeço ainda aos servidores, colaboradores, diretores, coordenadores e secretários que, mesmo diante de todos os desafios e adversidades, não se furtaram a bem servir a sociedade brasileira nas diferentes áreas de atuação a cargo dos órgãos e entidades vinculadas deste ministério.

Desde o início, priorizamos o fortalecimento do Sistema de Governança e do Comitê de Governança Estratégica (CGE). Avaliamos, e aprovamos, as iniciativas de gestão: estratégica, administrativa, de políticas públicas, de riscos e controles internos, de transparência e de integridade. Monitoramos todas as ações que integram o Planejamento Estratégico do MJSP.

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Em 2021, o MJSP alcançou o 1º lugar no Índice de Governança e Gestão dos Órgãos da Administração Pública Federal, na temática “Ministério”, conforme o levantamento do TCU.

Além disso, com o reagrupamento da Segurança Pública ao Ministério da Justiça, foi possível aprimorar o Sistema de Governança, a partir de uma melhor organização e interação dos atores; do fluxo de informações; dos processos de trabalho e das atividades relacionadas à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento do órgão.

Tudo isso permitiu otimizar a aplicação dos recursos e potencializar a produtividade, rumo ao alcance de resultados de forma cada vez mais efetiva, eficiente e transparente.

Essas modificações na estrutura da pasta renderam ao MJSP, em 2021, o 1º lugar no Índice de Governança e Gestão dos Órgãos da Administração Pública Federal, na temática “Ministério”, conforme o levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional da Gestão Pública – IGPP 2021, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Uma série de outras mudanças nas estruturas administrativa e funcional do Ministério da Justiça e Segurança Pública foram feitas ao longo dos últimos quatro anos, com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais a atuação da área-fim da pasta. Entre elas, destacam-se:

- Criação da Secretaria de Operações Integradas – Seopi
- Criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen
- Reestruturação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad

A nova estrutura resultou, ainda, em ganhos nas Superintendências Regionais da Polícia Federal para dar suporte às operações integradas nos estados que auxiliam nas investigações e na apuração de crimes cibernéticos.

Houve também a reestruturação da Polícia Rodoviária Federal, visando promover a reorganização necessária para que as atividades policiais encontrassem o adequado equilíbrio entre as entregas sociais prestadas ao cidadão e os esforços institucionais voltados para a operacionalização interna dessas entregas.

A implementação de ações conjuntas coordenadas, sistêmicas e integradas dos órgãos de segurança pública das esferas federal, estadual, municipal e distrital resultou na queda dos índices de homicídio. Em 2021, o número de mortes violentas no país caiu 6%. No primeiro semestre de 2022, essa redução já estava em 5%.

QUEDA NOS ÍNDICES DE HOMICÍDIO

Em 2021, o número de mortes violentas no país caiu 6%. No primeiro semestre de 2022, essa redução já estava em 5%.

Ainda com foco na prevenção da violência, para apoiar projetos e atividades nas áreas de segurança pública, na modalidade Fundo a Fundo, foram repassados mais de R\$ 2,3 bilhões, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e mais de R\$ 2,1 bilhões pelo Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, totalizando mais de R\$ 4,4 bilhões de 2016 a novembro de 2022.

Em termos de efetivo* da Segurança Pública, houve aumento de aproximadamente 15% no quantitativo total da força policial do Departamento Penitenciário Nacional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal: em 2019, eram mais de 25 mil e passou para mais de 29 mil agentes/policiais em outubro de 2022, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal - PEP.

EFETIVO POLICIAL

Houve aumento de aproximadamente 15% no quantitativo total da força policial do Depen, da PF e da PRF, nos últimos quatro anos: em 2019, eram mais de 25 mil e passou para mais de 29 mil em outubro de 2022.

O ministério também teve grande atuação no acompanhamento e proposição de pautas legislativas com impactos importantes na temática de segurança pública. Entre elas, destaca-se a aprovação e sanção do Programa Habite Seguro.

Além de se manter atuante nos debates em foros internacionais e em visitas para estreitar laços de cooperação com outros países, o MJSP realizou o 1º Encontro Ministerial so-

*Considerando todas as carreiras da PF e PRF e as carreiras de agente federal de execução penal, especialista federal em assistência à execução penal e de técnico federal de apoio à execução penal do Depen

bre o Combate ao Crime Organizado na América do Sul. Para dar corpo à Aliança Estratégica sul-americana proposta pelo Brasil, o MJSP convidou os representantes destes ministérios para integrar o Centro de Cooperação Policial Internacional – CCPI, no Rio de Janeiro. Essa participação contemplará a lotação de agentes policiais sul-americanos no CCPI por seis meses, para intercambiar dados de inteligência e planejar ações integradas.

Mesmo diante da complexidade, da multiplicidade de setores afetados e da gravidade dos impactos causados pela pandemia de Covid-19, o Governo Federal não mediu esforços para garantir o bom funcionamento das políticas de justiça, segurança pública e indigenista. É por esses e tantos outros motivos mencionados acima e descritos a seguir que encerramos esta gestão cumprindo o nosso dever e honrados pela oportunidade de servir à população.

O ano de 2022 chega ao fim com entregas que marcam a evolução do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP nos últimos quatro anos, incluindo a data histórica do bicentenário deste órgão da administração pública federal, tão importante para a defesa das garantias constitucionais do cidadão brasileiro.

Este e-book contempla algumas entregas que foram de extrema importância para o alcance dos objetivos e metas propostas no Planejamento Estratégico desta pasta.

Desejo a todos uma boa leitura!

Anderson Gustavo Torres
Ministro da Justiça e Segurança Pública



Foto: Marcus Iahn/MJSP

O Ministério

A criação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o mais antigo do país, é um capítulo importante na construção da história do Brasil.

Há 200 anos, antes da declaração da Independência, Dom Pedro I criou a então Secretaria de Estado de Negócios da Justiça, em 3 de julho de 1822, quando a capital ainda era o Rio de Janeiro. Cento e cinquenta anos depois, a sede oficial, o Palácio da Justiça, foi inaugurado em Brasília, no dia 3 de julho de 1972. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o edifício integra o conjunto urbanístico da capital federal. É o maior símbolo do Ministério.

No decorrer desses 200 anos, o então Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim denominado na Proclamação da República em 1981, passou por diferentes cenários políticos, econômicos e sociais, mantendo o seu papel fundamental na formação da justiça e da segurança do País. Desde então, 185 ministros (de 1822 a 2021) fizeram a gestão da pasta. Em 2019, o MJSP passou a ser o órgão central do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), implementado para unificar a Política Nacional de Segurança Pública. As atuais competências da pasta estão definidas na Lei nº 13.844 e no Decreto nº 11.103, entre elas:

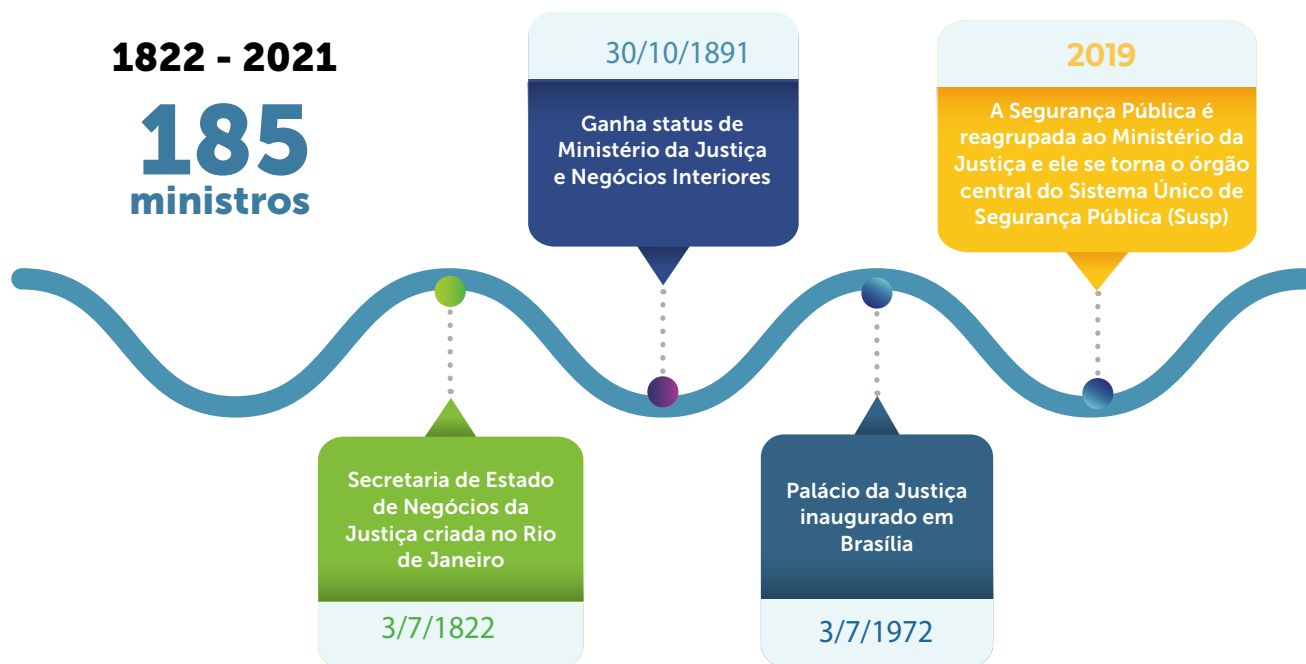
- defesa da ordem jurídica;
- combate ao tráfico de drogas e crimes conexos;
- defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- nacionalidade, migração e estrangeiros;
- prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- cooperação jurídica internacional;
- coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em corrupção, crime organizado e crimes violentos;
- coordenação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- coordenação e administração da Política Penitenciária Nacional.

Para exercer essas atribuições e atividades finalísticas, o Ministério conta com os seguintes órgãos e entidades vinculadas:

- Secretaria Nacional de Justiça - Senajus
- Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad
- Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen
- Secretaria de Operações Integradas - Seopi
- Departamento Penitenciário Nacional - Depen
- Polícia Federal - PF
- Polícia Rodoviária Federal - PRF
- Arquivo Nacional - AN
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
- Fundação Nacional do Índio - Funai

1822 - 2021

185
ministros



MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

◆ **Orgãos de assistência direta imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**

Gabinete
Consultoria Jurídica
Secretaria-Executiva
Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
Assessoria Especial de Assuntos Legislativos
Assessoria Especial Internacional

Entidades vinculadas

Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Fundação Nacional do Índio

Orgãos específicos e singulares

Departamento Penitenciário Nacional	Secretaria Nacional de Justiça
Polícia Federal	Secretaria Nacional do Consumidor
Polícia Rodoviária Federal	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Arquivo Nacional	Secretaria Nacional de Segurança Pública
	Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
	Secretaria de Operações Integradas

Orgãos Colegiados

Conselho Nacional de Arquivos	Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública	Conselho Nacional de Imigração
Conselho Nacional de Política Indigenista	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas	Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social	Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra Propriedade Intelectual



Foto: Tom Costa/MJSP

Justiça

O Ministério da Justiça e Segurança Pública possui a histórica função de preservar as garantias constitucionais, estabelecendo-se, portanto, como o grande defensor dos direitos do cidadão brasileiro e o responsável pelo bom funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Entre as políticas públicas de justiça está a atuação na defesa da ordem jurídica, da ordem econômica nacional e dos direitos dos indígenas e do consumidor, nas políticas de migração, refúgio e apatridia, cooperação jurídica internacional, gestão de documentos públicos, entre outras.

Para cumpri-las, o MJSP conta com a atuação dos seguintes órgãos específicos e entidades vinculadas:

- Arquivo Nacional - AN;
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade;
- Fundação Nacional do Índio - Funai;
- Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon;
- Secretaria Nacional de Justiça - Senajus.



Foto: Arquivo Nacional

Arquivo Nacional (AN)

Criado em 1838, como parte integrante da estrutura administrativa do Ministério da Justiça, o Arquivo Nacional implementa e acompanha a Política Nacional de Arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq. Esse trabalho é feito por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País e garante pleno acesso à informação. O objetivo é apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

O Arquivo Nacional atingiu mais de 40 milhões de acessos às bases de dados (entre 2019 e novembro de 2022) e tem conseguido atender 100% dos usuários que buscam o serviço.

Nesse mesmo período, foram mais de 7 milhões de acessos aos documentos do acervo. Cerca de 10 milhões de documentos foram digitalizados e mais de 4 mil servidores públicos federais foram capacitados em gestão de documentos e arquivos.

Um público de mais de 150 mil pessoas foi alcançado em eventos culturais e técnico-científicos e pelas ações educacionais realizadas pelo AN.



CADE CONSELHO ADMINISTRATIVO
DE DEFESA ECONÔMICA

Foto: Isaac Amorim/MJSP

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Cade tem por missão zelar pela manutenção de um ambiente competitivo saudável no Brasil. É a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir sobre a matéria concorrencial, como também por fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.

Atos de concentração

De 2019 a 2022, o Cade contabilizou 2.156 atos de concentração notificados, o que representou um faturamento no mercado de R\$ 5,4 trilhões. O valor total das operações notificadas em 2022 ultrapassou R\$ 1,5 trilhão.

Os atos de concentração são fusões de duas ou mais empresas anteriormente independentes; aquisições de controle ou de partes de uma ou mais empresas por outras; incorporações de uma ou mais empresas por outras; ou, ainda, a celebração de contrato associativo, consórcio ou *joint venture* entre duas ou mais empresas.

Cartel e abuso de posição dominante

Nas ações de combate à formação de cartéis e ao abuso de poder dominante (interferência ilegal no funcionamento do mercado), de 2019 a 2022, foram homologados 80 requerimentos de Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) - quando há prática por infração à ordem econômica -, resultando na aplicação de mais de R\$ 1 bilhão em contribuições pecuniárias. Em 2022, foram homologados 35 TCCs, número superior à média do período de 20 acordos por ano.

Nesse período, foram instauradas 141 investigações de cartel; 152 de conduta unilateral e 50 de conduta comercial uniforme. Houve a conclusão de 151 casos de cartel; 115 de conduta unilateral e 42 de conduta comercial uniforme.

Cooperação internacional

Um dos maiores feitos do Cade no cenário internacional, nos últimos quatro anos, foi a adesão da autarquia como membro associado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), em 2019.

Com isso, o Brasil colabora com a consolidação das melhores práticas internacionais no que se refere à política antitruste (direito da concorrência), além de continuar participando ativamente de fóruns e debates internacionais sobre o tema.

Em 2022, o presidente Alexandre Cordeiro foi eleito como membro do Comitê de Concorrência da OCDE.



Foto: Mario Vilela/FUNAI

Fundação Nacional do Índio (Funai)

No que diz respeito à proteção aos povos indígenas e diante dos desafios decorrentes da pandemia de Covid-19, o Governo Federal atuou fortemente para conter o avanço da doença em terras indígenas. Foi feito um trabalho articulado entre seus órgãos e adotadas políticas emergenciais de promoção dos direitos sociais dos povos indígenas.

Segurança alimentar

Para garantir a segurança alimentar e proteção dos índios, devido ao isolamento social frente à pandemia, o MJSP distribuiu mais de 2 milhões de cestas básicas em aldeias de todo o país, de janeiro de 2019 a novembro de 2022. Isto representa cerca de 45 mil toneladas de alimentos entregues a mais de 233 mil famílias indígenas. Também nesse período, houve o fornecimento de aproximadamente 190 mil kits de produtos de higiene e limpeza a diferentes comunidades.

Recursos destinados

Foram disponibilizados mais de R\$ 34,7 milhões de crédito extraordinário, R\$ 45,5 milhões de recursos próprios da Funai e, ainda, R\$ 3,3 milhões de Termo de Execução Descentralizada do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MM-FDH), para atender despesas referentes à distribuição de cestas de alimentos para as comunidades indígenas, entre janeiro de 2019 a setembro de 2022. Ao todo, foram destinados mais de R\$ 83,7 milhões para medidas de prevenção e combate à Covid-19 em terras indígenas, nesse mesmo período.

Barreiras sanitárias

Com o objetivo de proteger as etnias e impedir a entrada de não indígenas nas aldeias, o Governo Federal elaborou Planos de Barreiras Sanitárias. Nesses quatro anos, foram investidos recursos para a implementação e o suporte a aproximadamente 300 barreiras sanitárias e postos de controle de acesso em todo o território nacional. Além disso, 124 mil bens culturais foram preservados e, entre os projetos em que o MJSP atuou nas terras indígenas, estão os percentuais de:

- 18,33% para ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento;
- 5% para ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais;
- 25% para ações ou projetos voltados à proteção territorial;
- 30% para ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais;
- 2,39% para ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato;
- 5% para ações ou projetos voltados à promoção da cidadania.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

O Governo Federal, na busca pela proteção e defesa do consumidor, intensificou e ampliou a utilização do Consumidor.gov.br. Atualmente, 77% das reclamações registradas na plataforma são solucionadas pelas empresas participantes, que respondem às demandas dos consumidores em um prazo médio de 7 dias.

Ao longo dos últimos quatro anos, 794 novas empresas aderiram à plataforma. Hoje, mais de 1.260 empresas participam do Consumidor.gov.br. O serviço já registrou mais de 6 milhões de reclamações e conta com uma base de 4,2 milhões de consumidores cadastrados.

Cabe destacar que a proteção e defesa do consumidor passou por mudanças representativas, principalmente no cenário de pandemia e guerra. Nesse contexto, foram priorizadas as bases de dados e os sistemas de informações de defesa do consumidor, especialmente o aperfeiçoamento da plataforma Consumidor.gov.br e

o lançamento do novo sistema ProConsumidor, auxiliando no aprimoramento das interações entre consumidores, órgãos públicos e fornecedores.

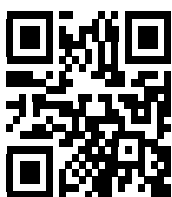
No ano de 2021, no cenário de retomada do desenvolvimento econômico pós-pandemia, a Senacon reforçou sua atuação para normalizar e harmonizar as relações de consumo, de maneira firme, articulada e equilibrada, junto com os seus principais atores e nos diferentes mercados de consumo, visando à proteção e à defesa do consumidor.

Nessa conjuntura, dentre outras medidas, o MJSP, por meio das secretarias de Operações Integradas (Seopi) e Nacional do Consumidor, coordenou, em 2021, a fiscalização e o combate a fraudes em 2.309 postos de combustíveis espalhados em 333 municípios de 26 estados brasileiros, com a **Operação Petróleo Real**.

O objetivo foi garantir aos consumidores o direito de receberem informações corretas, claras, precisas, ostensivas e legíveis sobre os preços dos combustíveis em território nacional. Na ocasião, 925 estabelecimentos foram autuados, dos quais 433 estavam com bombas irregulares. Além disso, sete pessoas foram presas, seis em flagrante.

Em 2022, para continuar garantindo a qualidade dos produtos e serviços fornecidos aos consumidores e a transparência dos preços, foi realizada a segunda edição da Petróleo Real. Somente no segundo semestre, a ação foi deflagrada no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Ainda este ano, foi também decretada a medida cautelar que determinou a suspensão dos serviços de **telemarketing ativo abusivo** em todo o território nacional, ligado ao contato com o consumidor sem o seu consentimento expresso. A partir dessa determinação, foi criado o canal denuncia-telemarketing.mj.gov.br, para os cidadãos denunciarem as empresas que insistem em efetuar as ligações indesejadas, consideradas ilícitas pela pasta. Até o mês de novembro, haviam sido recebidas mais de 30 mil denúncias no canal, as quais são semanalmente apuradas e processadas pela Senacon.



*Aproxime aqui a
câmera do seu celular
para acessar o canal
denuncia-telemarketing.
mj.gov.br*

Para promover a formação e capacitação técnica dos agentes e técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, o MJSP conta com a **Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC**. A Escola oferece mais de 24 cursos gratuitos em todas as regiões do país e certificados pela Universidade de Brasília (UnB), com publicações e vídeos disponíveis no Portal da Secretaria (consumidor.gov.br). As capacitações são nas modalidades presencial e à distância (EaD) e, algumas são abertas ao público em geral.



*Aproxime aqui a
câmera do seu celular
para se inscrever nos
cursos da ENDC*

Conselho Nacional de Combate à Pirataria

Por meio do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP**, a Secretaria Nacional do Consumidor criou regras de combate, inclusive para sonegação de impostos e outras irregularidades.

Fundo Nacional de Defesa de Direitos Difusos

Presidido pela Senacon, o **Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD** tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à cultura, às artes, aos patrimônios históricos e arquitetônicos, ao turismo, infrações à economia e a outros interesses coletivos. Integram o FDD, representantes da União, Ministério Público Federal e entidades civis. Por meio dele, o Governo Federal empenhou mais de R\$ 800 milhões, nos últimos quatro anos, em projetos voltados ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, entre outros. Foi o maior investimento já feito pelo Fundo desde sua criação em 1985.

Recall

O recall é a forma pela qual um fornecedor vem a público informar que seu produto ou serviço apresenta riscos aos consumidores, ao mesmo tempo em que recolhe produtos, esclarece fatos e apresenta soluções. Desde a criação da Senacon, há dez anos, já foram 1,7 mil processos de chamamento. De 2019 a 25 de novembro de 2022, foram instauradas 513 campanhas de recall.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria Nacional de Justiça (Senajus)

Acesso à cidadania e justiça

Foi concluído o **primeiro ciclo de gestão de políticas públicas da Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça (EJUS)**, principal mecanismo de articulação interinstitucional com organizações do Sistema de Justiça e organizações públicas e privadas, que atuam direta ou indiretamente na promoção de políticas de acesso à justiça.

A EJUS está voltada ao fomento de equipamentos públicos de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência como forma de fortalecer as diretrizes estabelecidas por meio do **Pacto Nacional pela Escuta Protegida** e a atuação dos órgãos governamentais em relação à proteção de mulheres em situação de violência.

Foram instituídas **Câmaras Nacionais de Políticas de Justiça** para potencializar as ações integradas de gestão de políticas públicas, elaboração de propostas que subsidiem decisões ministeriais e outros procedimentos relacionados às áreas finalísticas.

Classificação Indicativa

Desde 2019, a Senajus averiguou 100% das obras audiovisuais sob sua responsabilidade que estão aptas para a análise. Foram analisados mais de 7.020 processos de obras audiovisuais e aproximadamente 6.527 de aplicativos e jogos eletrônicos em mídia digital pelo sistema IARC. Esse percentual compreende um total de 6.654 processos publicados no Diário Oficial da União (DOU), cada qual com 27.199 relatórios produzidos e 32.133 jogos e aplicativos analisados no sistema IARC.

A classificação indicativa não censura esse tipo de trabalho, ela faz parte da política de proteção à criança e ao adolescente. Trata-se de análise técnica que busca resguardar o desenvolvimento psicológico do público infante-juvenil e orientar pais ou responsáveis sobre o acesso aos conteúdos.

Combate à corrupção

De 2019 a novembro de 2022, foram capacitados mais de 17,7 mil agentes públicos na temática cooperação jurídica internacional, combate à corrupção e lavagem de dinheiro. Neste trabalho, destaca-se o **Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD**.

Também foram deflagradas **90 operações de polícia judiciária**, em 20 estados da federação, visando reprimir crimes contra o sistema financeiro nacional e o mercado de capitais.

Já a **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla** discutiu, deliberou e executou 47 ações, nos últimos quatro anos. Um dos destaques é a ação voltada para aprimorar a normatização, os mecanismos de rastreabilidade e a fiscalização da cadeia produtiva do ouro. A iniciativa buscou integrar a atuação dos órgãos interventores e mitigar os riscos de uso do comércio desse metal para lavagem de dinheiro.

Outro avanço diz respeito à reestruturação da **Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab**, com o estabelecimento de parcerias voltadas para a análise de dados financeiros e para a detecção da prática da lavagem de dinheiro, corrupção e crimes relacionados. Trata-se de um conjunto de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro instalados no Brasil. Sua coordenação está inserida dentro da estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da Senajus, onde são definidas as ações estratégicas e de aprimoramento dos laboratórios integrantes da rede.

Além do PNLD, Enccla e Rede-Lab, outra ação do MJSP no âmbito da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, é a **Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção – Renaccor**, criada em 2022. Entre outros, o objetivo é estimular o intercâmbio de informações entre as polícias judiciárias e os demais órgãos públicos e entidades que atuam no combate à corrupção.

Cooperação Jurídica Internacional

Nos últimos quatro anos, o Governo Federal analisou mais de 24 mil pedidos de cooperação jurídica internacional, em matéria pe-

nal e civil; em assuntos de prestação internacional de alimentos; adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes; extradição; transferência de pessoas condenadas; e transferência da execução da pena e recuperação de ativos. Dessa forma, o MJSP manteve a participação brasileira nos foros internacionais. Além de atuar na análise de textos em negociação com outros países, também foram executadas 18 edições do programa Grotius, que permitiu a capacitação de 607 agentes públicos na temática de cooperação jurídica internacional.

Enfrentamento ao tráfico de pessoas

A **Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e ações norteadoras da atuação do Poder Público no enfrentamento ao tráfico de pessoas. As ações são fundamentadas na política e planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, os quais seguem as diretrizes dos instrumentos internacionais que orientam os países (Protocolo de Palermo).

Atualmente o Brasil está no III ciclo de avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto no 9.440, de 3 de julho de 2018) que tem duração de 4 anos (2018 a 2022) e possui 58 metas distribuídas em 6 eixos temáticos, exigindo uma coordenação com outros sete Ministérios.

Estão entre os resultados dessa política pública: o aperfeiçoamento da atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão a esse crime, na responsabilização de seus autores, na atenção a suas vítimas e na proteção dos direitos de suas vítimas; o fomento e fortalecimento da cooperação entre os órgãos públicos, as organizações

da sociedade civil e os organismos internacionais no Brasil e no exterior envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas; a redução das situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, consideradas as identidades e especificidades dos grupos sociais; a capacitação de profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; e a disseminação formal de informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento.

Migração, Refúgio e Naturalização

Com o fortalecimento do cenário normativo interno frente às necessidades dos movimentos migratórios internacionais, houve mais de 137 mil processos decididos de reconhecimento da condição de **refugiados**, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2022. Este ano, já foram decididos mais de 29,7 mil processos.

Com relação aos processos de **naturalização**, de 2019 a outubro de 2022, foram 32,9 mil processos decididos. Em 2019, o tempo médio para abertura do processo de análise levava cerca de 500 dias no âmbito do Ministério da Justiça. Em 2022, esse prazo caiu em mais de 98%, oscilando, em um tempo médio, de um a oito dias para decisão ou encaminhamento, dependendo do tipo de naturalização e do sistema utilizado.

No período de janeiro de 2019 a outubro de 2022 foram decididas 106.033 **autorizações de residência para fins laborais** e de investimentos no País. Considerando o passivo processual, ou seja, a quantidade de demandas aguardando análise, houve uma redução de 69% do estoque, tendo em vista que em 2019 havia 21.975 autorizações de residência aguardando decisão e, em 2022, no mês de outubro, o montante de processos era de 6.803 em tramitação.

Para chegar a esses resultados, foi publicada a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021, que atualiza a autorização de residência destinada a nacionais venezuelanos. A medida constitui-se de ação relevante no conjunto de respostas do Governo Federal no âmbito da Operação Acolhida, formando o quadro de alternativas de regularização migratória do fluxo venezuelano no país, ao lado de pedidos de refúgio e de outras hipóteses de autorização de residência previstas na legislação migratória brasileira, como, por exemplo, reunião familiar.

Houve também a publicação da Portaria Interministerial MJSP/ MRE nº 24, de 3 de setembro de 2021, que disciplina a concessão do visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de grave violação de direitos humanos ou do Direito Internacional Humanitário no Afeganistão.

A medida é baseada nos fundamentos humanitários da política migratória brasileira, estipulados na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e representa um mecanismo de proteção reafirmando o compromisso brasileiro com o respeito aos direitos humanos e com a solidariedade entre os povos.

Além disso, o Conselho Nacional de Imigração – CNIg aprovou o texto da Resolução nº 45, de 9 de setembro de 2021, publicada em janeiro de 2022, que disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para o chamado “Nômade Digital”, imigrante que, de forma remota e com a utilização de tecnologias da informação e de comunicação, possa realizar no Brasil atividades para empregador estrangeiro.

Também foi lançado o “Projeto Migrajus”, com a realização de chamamento público em que foram selecionadas cinco organizações da sociedade civil para firmar parcerias em projetos voltados à disseminação de informações sobre legislação migratória, à inclusão social, à consolidação e promoção de direitos e à prevenção de violações de garantias e direitos de migrantes e refugiados.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs

A Senajus também qualificou mais de 290 entidades sem fins lucrativos, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, e analisou mais de 550 processos de provimento e vacância, entre janeiro de 2019 e novembro de 2022.



SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública

Com o reagrupamento da Segurança Pública ao Ministério da Justiça, coube à Pasta coordenar a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o que trouxe maior integração entre as forças policiais da União e das unidades federativas.

O foco das ações é o enfrentamento ao crime organizado, aos crimes violentos, ao tráfico de drogas e à corrupção. Para isso, o MJSP investiu fortemente na valorização dos profissionais, na modernização e no aparelhamento dos órgãos de segurança, na melhoria dos sistemas de inteligência, na capacidade investigativa e na integração das forças policiais.

Com esse trabalho, houve a apreensão de aproximadamente 8,8 mil toneladas de drogas. Deste total, pouco mais de 8 mil toneladas foram de maconha e cerca de 665,6 toneladas de cocaína, além da apreensão de mais de 33 mil armas de fogo.

Para cumprir as políticas de segurança pública, o ministério conta com os seguintes órgãos e entidades vinculadas:

- Departamento Penitenciário Nacional (Depen);
- Polícia Federal (PF);
- Polícia Rodoviária Federal (PRF);
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen);
- Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad);
- Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp);
- Secretaria de Operações Integradas (Seopi).



Foto: Isaac Amorim/MJSP

Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

No que se refere ao fortalecimento do sistema prisional, o Depen, por meio do Sistema Penitenciário Federal, tem cumprido seu papel de gerir estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima, abrigando presos de alta periculosidade e isolando os líderes de organizações criminosas. E, ainda, disponibilizando vagas em presídios, obras penitenciárias, aparelhamento de unidades prisionais, ressocialização e assistência de detentos, e ações de inteligência prisional.

Assistência aos presos

Com relação à modernização e aparelhamento das unidades penitenciárias, a fim de promover aumento na oferta de assistência jurídica e de assistência social, foram investidos mais de R\$ 37 milhões em instrumentos de repasse para a implantação de sistemas de videoconferência em 15 estados, nos últimos quatro anos.

No primeiro semestre de 2022 foram oferecidas 476,8 mil atividades educacionais para os presos. O aumento na execução de atividades educacionais no ambiente prisional foi de 380%. Quanto à proporção de pessoas privadas de liberdade inseridas em atividades de educação formal, foi possível atingir o quantitativo de 105,2 mil - um aumento de 53% no número de presos em educação formal. Totalizaram-se ainda 169 mil pessoas privadas de liberdade em atividades laborais, subindo o percentual de 19% em dezembro de 2018 para 24% em junho de 2022.

Entrega de veículos

Também foram adquiridos e doados veículos adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais, nos últimos quatro anos. Nesse período, houve a entrega de ônibus e furgões que proporcionam mais segurança ao trabalho dos policiais penais.

Inteligência penitenciária

Na área de inteligência prisional foi iniciada, em agosto de 2021, a **Operação Modo Avião** com o objetivo de identificar e inabilitar aparelhos celulares nas unidades prisionais de todo o País. Desde o seu lançamento até o mês de setembro de 2022, a operação ocorreu em 36 unidades prisionais de seis estados e resultou na identificação de 4.000 aparelhos confiscados. O trabalho de inteligência prisional é feito entre o MJSP, por meio do Depen, com as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança.

Como resultado do fortalecimento das agências de inteligência penitenciária, a **Operação Anjos da Guarda** desarticulou, em 2022, o plano de resgate e fuga de lideranças criminosas custodiadas em penitenciárias. Essa atuação foi possível a partir da estruturação, aparelhamento, modernização, capacitação e qualificação das agências dos estados e do Distrito Federal. O investimento foi de R\$ 33 milhões do Fundo Penitenciário Nacional.

População carcerária

Atualmente, a população prisional é de 837,4 mil pessoas. Há 169 mil presos em atividade laboral - alternativas penais diversas da prisão - atendidos com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais. Nos últimos quatro anos, foram feitas 1,8 mil movimentações de presos para o sistema penitenciário federal com escoltas aéreas.

Vagas em presídios

O Governo Federal tem realizado investimentos para a geração de vagas prisionais por meio de repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Em 33% das unidades prisionais já não há déficit de vagas nos presídios.

Desde 2019, já foram investidos mais de R\$ 905,8 milhões de recursos federais na execução (construção, ampliação e aprimoramento) de 125 obras penitenciárias para diminuir o déficit de vagas e desenvolvimento de ações para a ressocialização do preso.



Foto: Isaac Amorim/MJSP

Polícia Federal (PF)

De janeiro de 2019 a setembro de 2022, a Polícia Federal deflagrou mais de 29 mil operações para o combate a crimes diversos. O destaque foi para a atuação no combate aos desvios de dinheiro público destinado ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, em todo o Brasil.

Em um período de 11 meses, por exemplo (de janeiro a novembro de 2022), foram deflagradas 843 operações especiais de polícia judiciária que possibilitaram o cumprimento de 4.745 mandados de busca e apreensão e 1.048 de prisão (temporária e preventiva).

Identificação Biométrica

A Polícia Federal foi contemplada com a implantação do ABIS (Solução Automatizada de Identificação Biométrica), sistema que possibilita a identificação de pessoas por meio da coleta, do armazenamento e do cruzamento de dados da impressão digital e do reconhecimento facial, de forma precisa, confiável e integrada com todos os estados da federação.

Solução de inquéritos

Nos últimos quatro anos, o índice de solução de inquéritos da PF aumentou gradualmente: 76,72% (2019); 79,77% (2020); 81,50% (2021) e 82,37% (até novembro de 2022).



Foto: Isaac Amorim/MJSP

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) possui como missão institucional a promoção da segurança pública, a proteção de vidas e a garantia da mobilidade nas rodovias federais. Nesse sentido, o órgão vem alcançando excelentes resultados nos últimos anos.

Aquisições

Em termos de equipamentos, apenas no segundo semestre de 2022, houve a aquisição de mais de 50 drones; três caminhões cegonha para transporte de viaturas de motopoliciamento; 24 unidades móveis de fiscalização com estrutura para os mais diversos tipos de operações, fiscalizações e educação de trânsito; mais de 12 mil coletes balísticos; além da obtenção de sete helicópteros; 200 fuzis; mais de 4,5 mil pistolas; 450 placas balísticas; 675 capacetes balísticos e investimento em tecnologia de videomonitoramento nas rodovias, geolocalização e anti bloqueador de sinal.

Nesse contexto, houve também a aquisição de 56 viaturas blindadas operacionais táticas, 416 viaturas de policiais operacionais, um blindado operacional especial, um blindado operacional de resgate, uma viatura blindada de controle e comando, e viaturas blindadas de apoio guincho, retroescavadeira e apoio caçamba.

Crimes diversos

No combate aos crimes diversos, em 2022, mais de 44 mil pessoas foram detidas. Já em 2021 e 2022, foram apreendidas mais de 94 toneladas de cocaína e 1,1 mil de maconha. Houve, ainda, a recuperação de aproximadamente 15 mil veículos e a apreensão de 53 mil metros cúbicos de madeira, quase 100 milhões de maços de cigarro e cerca de 600 toneladas de agrotóxicos ilegalmente transportados.

Inteligência policial

Vale destaque também ao investimento na **Política de Inteligência Policial**, que tem como finalidade reduzir a criminalidade por meio da implantação do modelo de policiamento orientado por inteligência, baseado na análise de dados, na obtenção de informação e na geração de inteligência. Quanto a Tecnologia da Informação, em 2022 a instituição lançou dois aplicativos com o intuito de facilitar a vida da população: PRF Brasil e PRF Peregrino.

Quanto ao efetivo, em 2021 houve a realização de concurso público, e mais de 2000 novos policiais passaram a reforçar a segurança pública nas rodovias de todo o país. E na área da saúde, a PRF disponibiliza aos servidores apoio especializado em saúde mental, por meio do Projeto Vida PRF, que busca promover reconhecimento, valorização e bem-estar.

A PRF continuará trabalhando com o objetivo de alcançar a excelência em segurança pública, investindo em planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas. Além disso, o órgão atua na formação e capacitação continuada e qualificada de seus policiais, na sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública e na atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos.

Operações

De 2019 a setembro de 2022, a PRF realizou aproximadamente 17 mil operações de combate à criminalidade e prevenção de acidentes nas rodovias federais; deteve 41,4 mil pessoas e fiscalizou cerca de 21 milhões de pessoas.

Taxa de acidentes

Quanto aos acidentes ocorridos em rodovias federais, a taxa de acidentes graves em 2022, até outubro, foi de 133,53, abaixo da taxa de 2021 que foi de 163,79. Em 2020, a taxa de acidentes graves foi de 163,37; em 2019, de 175,83. Em 2022, até outubro, a taxa de mortalidade de vítimas está em 39,70, enquanto a taxa de 2021 foi de 46,58. Em 2020, essa taxa ficou em 49,77 e, em 2019, 51,95.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen)

Criada a partir da alteração da estrutura regimental do MJSP, em 2020, a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) tem, entre as suas atribuições: promover a valorização, o ensino e a capacitação dos profissionais de segurança pública e atuar nos assuntos ligados à administração e gestão orçamentária dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), licitações e contratações relativos à segurança pública.

Capacitações

Na área de ensino e capacitação, a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD-Segen) contabilizou 539,9 mil matrículas em cursos exclusivos para profissionais que compõem o Susp. Na modalidade presencial, foram capacitados 7,6 mil profissionais em todo o Brasil.

Desde 2020, a Segen contou com 300 capacitações em temáticas da segurança pública e defesa social, sendo 205 edições na modalidade presencial e 95 cursos a distância. Desse total, nove são em espanhol, e quatro estão em fase de tradução para esse idioma.

Cabe destacar que, ainda no ano de 2022, o MJSP, por meio da Segen, promove 11 cursos de Pós-Graduações, tanto em nível de mestrado como em nível de especialização, e, serão mais de 848 profissionais em qualificação, o que reforça o compromisso institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a capacitação e aperfeiçoamento constante de seus profissionais. Além disso, há duas pesquisas em andamento e foram lançados a 2ª Edição da Revista Susp, o Portal de Revistas do Susp e a Biblioteca Digital.

ComprasSusp

Uma importante medida implementada pelo Governo Federal, no âmbito do MJSP, por meio da Segen, foi o Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSusp). O programa possui os seguintes objetivos: promover inovação no processo de compras; incentivar medidas de modernização de equipamentos; propor a elaboração de referências para equipamentos e de tecnologia; realizar compras sustentáveis; gerar economicidade de tempo e de recursos humanos; mitigar riscos de sobrepreços; e promover transparência na aquisição e contratação de serviços.

O conjunto de iniciativas que compõe o ComprasSusp visa tornar mais eficientes as compras e aquisições de bens e serviços, por meio de contratações em larga escala, realizadas pelos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – Susp.

Dentre essas iniciativas, ganha destaque a Plataforma ComprasSusp. Essa ferramenta visa, identificar junto aos Estados, suas demandas em relação à contratação de bens e serviços necessários ao desempenho das atividades de Segurança Pública e de Defesa Civil, em todo o território brasileiro, além de possibilitar o financiamento dessas demandas por meio de recursos de emendas parlamentares. Neste ano, por meio dessa solução, foram captadas 452 demandas estaduais.

Desde a sua implementação, o programa disponibilizou em atas de registro de preços mais de 650 objetos de segurança pública, totalizando mais de 14 milhões de itens, dentre eles: pistolas, viaturas, coletes balísticos, equipamentos de perícia e de atendimento pré-hospitalar, informática, dentre outros.

Esses itens ficaram à disposição dos órgãos para aquisição, tanto por recursos próprios dos entes federados, como por meio de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

A expectativa para o ano de 2022 foi superada com a participação de mais de 400 órgãos, propiciando compras em grande escala e com qualidade técnica adequada às atividades de segurança pública e defesa social.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad)

Com o redesenho na estrutura administrativa e ampliação de atribuições na Senad, em 2019, o Governo Federal mudou a política sobre drogas e gestão de ativos. Agora, os bens confiscados do narcotráfico e crimes conexos são usados para combater o próprio crime e reequipar as polícias; desenvolver novas tecnologias de controle de drogas; realizar pesquisas de alto nível destinadas a subsidiar a atuação na redução da oferta de drogas; capacitar profissionais, entre outros.

Leilões

Considerando o período de novembro de 2019 a novembro de 2022, foram realizados mais de 800 leilões; destinados mais de 13,7 mil ativos e arrecadados mais de R\$ 350 milhões em receita da gestão de ativos de leilões.

Para se ter uma ideia, o fluxo de leilões era de 11 por ano, até 2019, para 1 leilão ao dia em 2022. No ano seguinte, em 2020, esse número passou para 120 leilões. Em 2021, a quantidade foi 95% maior (241 leilões) em relação ao ano anterior e, em 2022, o número de leilões chegou a mais de 400 em novembro, o que representou um aumento de aproximadamente 64% em relação à quantidade de leilões ocorridos em 2021.

Com os recursos arrecadados, além do investimento nas forças policiais e realização de pesquisas de alto nível para subsidiar a atuação do Governo Federal na redução da oferta de drogas, também foram capacitados mais de 15 mil profissionais de segurança pública.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)

CidadeSusp

O Programa consiste na transferência e disponibilização de metodologias e soluções tecnológicas para que os municípios atuem, efetivamente, como integrantes estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, especialmente pela identificação e enfrentamento de problemas de desordem pública e de cunho socioeconômico que favoreçam a ocorrência de crimes. Estas informações serão reunidas em Observatórios Municipais de Segurança Pública.

Em agosto de 2022 foi iniciada a primeira fase de execução, na qual, 20 cidades foram selecionadas para fazer parte da adesão focalizada. São elas: Dias D'Ávila (BA), Aquiraz, Caucaia e Pacajus (CE), Paulista e Cabo de Santo Agostinho (PE), São Gonçalo do Amarante e Macaíba (RN); Ananindeua e Altamira (PA); Cariacica e Linhares (ES), Duque de Caxias, Cabo Frio e Macaé (RJ); Alvorada e Viamão (RS) e São José dos Pinhais (PR); Goiânia e Valparaíso de Goiás (GO).

Força Nacional de Segurança Pública

Composta por policiais militares, civis, bombeiros militares e peritos das Unidades Federativas, a Força Nacional é um programa de cooperação entre os Estados e a União. Os profissionais mobilizados atuam na preservação da ordem pública, segurança das pessoas e patrimônio, além de calamidades.

Entre 2019 e 2022, o trabalho da Força Nacional apresentou resultados expressivos em apoio à criminalidade em todo o país. Ao todo, foram mais de 150 operações em apoio aos órgãos federais e estaduais. São elas: judiciária; polícia técnico-científica; ostensiva; de fronteira; ambientais; em presídios; aéreas, de busca, resgate e salvamento; em terras indígenas e missões humanitárias, inclusive internacionais.

De 2019 para cá, mais de 1,4 mil profissionais foram mobilizados para a Força Nacional. Eles já auxiliaram na aplicação de mais de R\$ 126 milhões de multas ambientais; na apreensão de mais de 171 toneladas de drogas, de mais de 70 mil litros de combustíveis, de quase 52 toneladas de pescados e de 591.283,36 m³ de madeira em toras. A atuação também resultou na prisão de mais de 3 mil pessoas, incluindo foragidos da justiça.

O apoio da Força Nacional também auxiliou no combate a incêndios, abordagem de pessoas e veículos; apreensões em dinheiro, de equipamentos utilizados para a extração de madeiras, de armas de fogo, produtos eletrônicos, minérios, cigarros contrabandeados, entre outros.

Além do apoio na atuação em operações, a Força Nacional investiu mais de R\$ 500 milhões na aquisição de equipamentos. Sendo que parte deles, R\$ 187 milhões foram entregues aos estados, nas modalidades legado e extra legado. Neste montante, também está incluso o investimento de

materiais utilizados pelo efetivo empregado no programa.

Habite Seguro

A valorização e o fortalecimento da força operacional das instituições de segurança pública, também foram prioridades do Governo com o lançamento do **Habite Seguro - Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública**.

Resultado de proposta legislativa do MJSP, o Habite Seguro visa promover o acesso facilitado aos agentes de segurança pública de todo o Brasil para a aquisição da casa própria, por meio de concessão de subsídios econômicos e outras condições especiais, a critério do agente financeiro.

Desde que foi instituído, em 2021, já foram firmados mais de 2,7 mil contratos de financiamento e subsídios com instituições financeiras. Na modalidade subsídios, foram R\$ 17,1 milhões; em financiamento, R\$ 552,9 milhões.

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021- 2030)

Também destaca-se, na atuação da Senasp, a atualização do **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030)** que passou, pela primeira vez, a estabelecer prazos, indicadores, priorização e coordenação para cumprir as metas nele instituídas. O documento prevê 12 metas e foi concebido a partir de um processo de consulta pública, com ampla participação da sociedade e das instituições. O Plano foi aprimorado para tornar executável a sua implementação, monitoramento e avaliação e, assim, possibilitar medidas efetivas para melhoria da segurança da população.

Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Pro-Mulher

Também instituído pela Senasp, o **Pro-Mulher** contemplou mais de 127 mil mulheres. As ações abrangem o suporte psicológico às vítimas em situação de violência; medidas para remodelar padrões de comportamentos violentos; capacitação de profissionais das redes de assistência (saúde, educação e assistência social, públicas e privadas); organização de serviços e redes de atenção para o trato deste fenômeno, entre outras. Essas iniciativas foram ampliadas por meio de capacitações e treinamentos junto aos conselhos comunitários e às instituições públicas para coibir a violência doméstica e familiar.

Programa Nacional de Normalização e Certificação - Pró-segurança

O programa estabelece, de forma inédita, normas técnicas para os itens utilizados no trabalho operacional, como viaturas, armamentos e coletes balísticos. Já houve a publicação de cinco Normas Técnicas regulamentando requisitos técnicos mínimos de segurança com certificação de organismos acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Essas Normas Técnicas dizem respeito a itens como pistolas, armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular, coletes de proteção balística, armas portáteis, do tipo carabinas e fuzis e armas portáteis, do tipo submetralhadoras.

Essa política estimula a ampla competitividade, o desenvolvimento do mercado nacional, a desburocratização e assertividade nas licitações públicas. Também traz celeridade e eficiência às compras governamentais realizadas com recursos públicos

da União e, principalmente, proporciona a proteção dos profissionais em campo ao utilizarem produtos com requisitos de segurança atestados.

Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RIBPG

Com o fortalecimento da **Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG**, a identificação correta dos responsáveis por crimes violentos ficou ainda mais eficiente. De 2019 a setembro de 2022, a rede já armazenou mais de 153,1 mil perfis genéticos, auxiliando em mais de 4.083 investigações criminais. A RIBPG também identificou diversas pessoas desaparecidas, por meio do cruzamento de dados com os familiares das vítimas.

Sistema Nacional de Análise Balística - Sinab

Entre as políticas públicas implementadas na esfera da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), destaca-se a implementação do Sistema Nacional de Análise Balística - Sinab, em 2021.

O sistema busca integrar todas as unidades da Federação e a Polícia Federal para aumentar a efetividade dos exames de comparação balística e possibilitar a maior resolução de crimes envolvendo armas de fogo. O investimento na aquisição de Sistemas de Identificação Balística para a Polícia Federal e unidades federativas foi de R\$ 123 milhões.



Foto: Tom Costa/MJSP

Secretaria de Operações Integradas (Seopi)

Instituída em janeiro de 2019, a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) tem como principal competência promover a integração dos órgãos de segurança pública. Para isso, são executadas ações e projetos que visam o combate à criminalidade, a produção de conhecimentos na área de inteligência de Segurança Pública, o aporte tecnológico e o compartilhamento de tecnologia, apoiando e fortalecendo as forças de segurança das unidades da Federação com suporte operacional, doação de equipamentos, custeio de diárias e passagens para realização das operações, treinamentos, dentre outros.

Foram apoiadas mais de 850 ações policiais nos estados e no Distrito Federal e planejadas e coordenadas mais de 114 operações integradas no Brasil. Entre elas, destacam-se as de combate aos crimes de tráfico de drogas; contrabando de cigarros; receptação (crimes transfronteiriços); homicídios; porte e posse ilegal de armas de fogo; estelionatos em redes sociais; abuso ou exploração sexual infantil; violência contra a mulher, crianças e adolescentes e ao idoso; pirataria digital, entre outros.

Combate a crimes cibernéticos

Entre as iniciativas do MJSP para combater crimes cibernéticos no Brasil, está a inauguração, em 2022, da Unidade Especial de Investigação de Crimes Cibernéticos (UEICC), de responsabilidade da Polícia Federal. A iniciativa é um dos pontos da parceria público/privada proposta pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para promover a troca de informações em busca de resoluções mais rápidas e prevenção contra crimes cibernéticos.

Além de crimes cibernéticos relacionados a instituições bancárias, a UEICC também tem o papel de intensificar a repressão a diversos outros crimes praticados no ambiente virtual, como a pornografia infantil, contra instituições públicas, setor varejista, operadoras de telefonia, telecomunicações, entre outros.

Há ainda, no âmbito da Seopi, o Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) que assessora as diversas investigações de crimes cibernéticos que ocorrem no país. A partir dos desdobramentos, as polícias civis mapeiam suspeitos ou organizações criminosas, coletam a materialidade do crime e elementos que se transformam em pedidos de busca e apreensão ou prisão dos autores.

Na vanguarda do combate aos crimes cibernéticos, o Governo Federal atuou firmemente contra os crimes de pirataria digital e pornografia infantil. Prova disso é o resultado da Operação 404 e da Operação Luz na Infância, em que foram presas 945 pessoas e mais de um terabyte de imagens e vídeos de pedofilia apreendidos e destruídos. Mais de mil sites com conteúdo pornográfico infantil foram bloqueados.

Para o sucesso de tais ações, o Brasil contou com a colaboração de outros países, tais como: Estados Unidos, Argentina, Costa Rica, Equador, Panamá e Paraguai.

O Ciberlab tem papel fundamental nessa articulação e isso levou a uma parceria com a agência norte-americana Homeland Security Investigations (HSI) para a capacitação de profissionais brasileiros ao compartilhamento de boas práticas do trabalho investigativo.

A HSI é o principal braço do Departamento de Segurança Interna dos EUA, responsável por investigar crimes e ameaças transnacionais, especificamente aquelas organizações criminosas que exploram ilegalmente os sistemas de viagem, comércio internacional, finanças e imigração.

Combate aos crimes ambientais

A **Operação Guardiões do Bioma** se configura como uma importante frente de repressão aos ilícitos ambientais e proteção das terras indígenas. Sua execução acontece de forma integrada entre órgãos federais e estaduais em três eixos: Combate a Queimadas e Incêndios Florestais; Combate ao Desmatamento Ilegal; e Terras Indígenas.

Combate a queimadas e incêndios florestais

O eixo Combate às Queimadas e Incêndios Florestais atua em cinco biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Na comparação de janeiro a setembro de 2022 com os mesmos meses de 2021, houve redução de 36% dos focos de calor no bioma Caatinga, 49% na Mata Atlântica, 16% no Cerrado e de 83% no Pantanal. Mais de 17 mil eventos de fogo foram combatidos nos biomas brasileiros. Somente na primeira fase da ação, em 2021, o núme-

ro de incêndios florestais reduziu em mais de 24%. Neste período, o Brasil vivia a pior seca dos últimos 100 anos.

Combate ao desmatamento ilegal

O combate ao desmatamento ilegal é feito com bases operacionais instaladas em locais estratégicos do Pará, Amazonas e Rondônia para o monitoramento e atuação nas áreas mapeadas pelos órgãos de segurança pública e de fiscalização ambiental estaduais e federais.

As ações da Guardiões do Bioma contribuíram para reduzir, em 11%, o desmatamento em nove estados pertencentes à Amazônia Legal. Esse percentual representa mais de 1.500 km² resguardados no Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão. A área é equivalente ao perímetro da cidade de São Paulo ou a 180 Maracanãs.

De março a novembro deste ano, foram expedidos 2,6 mil alertas qualificados para áreas de desmatamento e extração mineral ilegais; 81 serrarias foram fiscalizadas; 19,9 mil m³ de madeira foram apreendidos e mais de 413 pessoas presas. Com isso, houve R\$ 1,2 bilhão de prejuízo ao crime organizado, R\$ 1,2 bilhão em multas aplicadas e 821,7 mil hectares embargados.

Combate a ilícitos ambientais em terras indígenas

Em 2021, o combate ao garimpo ilegal e a ilícitos ambientais na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, foi incorporado à Operação Guardiões do Bioma, marcando o lançamento do eixo Terras Indígenas.

Em duas edições (2021-2022), a operação contou com a participação de 12 instituições federais e o resultado foi a apreensão

de 38 toneladas de minérios; 104 mil litros de combustíveis apreendidos e/ou destruídos; 53 pessoas presas, além da apreensão de armas, munições, entre outros.

A operação interagências contou, ainda, com a fiscalização de aeródromos, pistas de pouso, aeroportos, pontos de abastecimento e aeronaves; bloqueios fluvial e rodoviário; monitoramento de hectares; destruição de motores, geradores e esteiras, e medidas administrativas.

Combate ao crime nas fronteiras

O programa Guardiões das Fronteiras realiza a vigilância das fronteiras e divisas do país com o aumento da presença do Estado e efetividade na segurança, controle e fiscalização de forma integrada entre os órgãos federais e estaduais de 14 unidades da Federação.

Desde que o programa começou como projeto piloto, em maio de 2019 no Paraná, até novembro de 2022, foram apreendidas 1,8 mil toneladas de drogas e insumos para produção de entorpecentes, com prejuízo estimado em R\$ 7,4 bilhões ao crime organizado nas fronteiras brasileiras, incluindo a apreensão de produtos de contrabando e descaminho.

Os números são da Operação Hórus, carro-chefe do programa, que acontece de forma permanente nos estados participantes, compreendendo os 17 mil quilômetros de fronteira seca. O Governo Federal já investiu mais de R\$ 317,9 milhões nessas operações, aquisições de equipamentos e capacitações dos profissionais.

Nesse período, foram entregues, aproximadamente, R\$ 78 milhões em equipamentos para as forças de segurança que atuam nas fronteiras e divisas. Os mais de 459 mil itens incluem viaturas, binóculos

de tecnologia avançada com visão noturna, capacetes e placas de proteção balísticas, que permitem melhores resultados e mais segurança ao trabalho dos policiais.

Combate ao crime na rota marítima

Em 2022, o programa iniciou uma nova fase com o lançamento da **Operação Albatroz**, no Rio Grande do Norte e no Paraná, para combater o crime organizado pela rota marítima. Assim como a Hórus, a ideia é que o trabalho também seja permanente e expandido de forma gradual para outros estados que possuem portos e vias navegáveis.

Combate ao crime organizado

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, em 2021, o Plano de Forças-Tarefas Susp de Combate ao Crime Organizado para a atuação conjunta, integrada e coordenada entre as polícias da União e dos estados. As ações têm como foco a prevenção, repressão, monitoramento e investigação de organizações criminosas. Visam, ainda, isolar lideranças do crime organizado no sistema prisional, bem como descapitalizar facções por meio de bloqueio e venda antecipada de bens.

As Forças-Tarefas Susp de Combate ao Crime Organizado foram instituídas em Natal (RN), Ceará e Paraíba. Em Mossoró (RN), Piauí, Roraima e Pernambuco já existem forças-tarefas semelhantes que contam com apoio do MJSP. A instituição desse modelo de trabalho integrado entre as forças de segurança segue as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Para auxiliar as polícias civis em diversas investigações de combate ao crime organizado, o MJSP conta ainda com o projeto M.O.S.A.I.C.O. (Modernização, Operações, Segurança Pública, Integração, Combate,

Organizações Criminosas). Além de apoiar as investigações, sua proposta é a atuação em rede integrada dos profissionais das forças de segurança nas unidades federativas.

Outras iniciativas da Seopi são as operações integradas Cangalha e Narco Brasil, que acontecem anualmente. A Operação Cangalha ocorre nos estados do Nordeste refletindo a estratégia do Ministério de levar em consideração as peculiaridades regionais do país. Já a Narco Brasil ocorre nos 26 estados e no Distrito Federal para combate ao tráfico de drogas e incineração de entorpecentes.

Combate à violência contra a mulher

Dada a importância do enfrentamento à violência doméstica, sobretudo durante o período de pandemia do novo coronavírus, houve intensificação das ações do Governo Federal contra esse crime.

Duas operações integradas (**Maria da Penha e Resguardo**) com a participação das 27 Unidades Federativas resultaram no atendimento a 461,9 mil vítimas; 63,7 mil denúncias apuradas; 175,4 mil inquéritos instaurados; 108,9 mil inquéritos concluídos; 2,4 mil mandados de busca e apreensão cumpridos; 7,4 mil mandados de prisão cumpridos; 42,5 mil pessoas presas; 1,7 mil armas apreendidas; e 173,2 mil medidas protetivas de urgência solicitadas.

Combate à violência contra crianças e adolescentes

Para combater todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, foram realizadas 10 operações, sendo elas, duas edições da Operação Acalento, duas edições da Operação Parador 27 e seis edi-

ções da Operação Luz na Infância, com a participação das 27 unidades federativas.

Com estas operações foram atendidas 35,2 mil vítimas; instaurados 15,4 mil inquéritos policiais; concluídos 9,8 mil inquéritos policiais; solicitadas 4,2 mil medidas de proteção às vítimas e realizadas 38,9 mil visitas e diligências policiais em mais de 2,9 mil municípios.

Combate à violência contra idosos

O combate à violência contra idosos foi feito por meio da **Operação Vetus** em três edições nos 26 estados e no Distrito Federal: em 2020, 2021 e 2022. No total, foram atendidas 48,3 mil vítimas; presas 1,6 mil pessoas e solicitadas 3,5 mil medidas protetivas de urgência.

As ações também incluíram a apuração de denúncias, diligências, ações educativas, fiscalização em abrigos, instauração/conclusão de inquéritos, representações judiciais, levantamento de alvos e de mandados judiciais, entre outros procedimentos.

Operação Eleições e Enem

Seguindo a estratégia de atuação integrada entre as instituições e forças policiais dos estados e da União, a Seopi coordenou, desde 2020, as operações Eleições e Enem. O objetivo foi atuar na segurança dos eleitores e demais envolvidos nos pleitos e dos candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, além da escolta de provas.

Sistemas de inteligência

Para a melhoria dos sistemas de inteligência e, conseqüentemente, para o aumento da capacidade investigativa das forças policiais, foram implantadas 135 agências

de inteligência para atuação integrada, em todo o país.

A medida conclui o processo de estruturação da rede que contempla cinco Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública e traz maior agilidade ao fluxo de informações entre os órgãos de inteligência no combate à criminalidade. Essa integração permite o acesso de mais de 400 bancos de dados.

Centros Integrados de Comando e Controle

Como parte das atribuições da Seopi para intensificar a integração entre as forças de segurança pública federais e estaduais, está em curso o projeto estratégico de expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle Estaduais (CICCEs). O investimento do Governo Federal na expansão é de R\$ 23,8 milhões.

O projeto tem o objetivo de proporcionar às unidades federativas um ambiente e estrutura adequados para que os diversos atores da segurança pública trabalhem em conjunto, gerando uma sinergia na resolução dos conflitos.

MJSP EM NÚMEROS

JUSTIÇA

Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)



+ de R\$ 800 milhões empenhados pelo FDD e destinados a projetos voltados ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico



+ de 24 cursos oferecidos gratuitamente pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC.



+ de 30 mil denúncias de telemarketing ativo abusivo

Consumidor.gov.br

- ✓ **77%** das reclamações solucionadas
- ✓ **794** novas empresas cadastradas
- ✓ **+ de 1.2 mil** empresas participantes
- ✓ **4.2 milhões** de consumidores cadastrados

Secretaria Nacional de Justiça (Senajus)

- ✓ **32,1 mil** jogos e aplicativos analisados no sistema de classificação indicativa
- ✓ **17,7 mil** agentes públicos capacitados nas temáticas de cooperação jurídica internacional, combate à corrupção e lavagem de dinheiro
- ✓ **90 operações** de polícia judiciária deflagradas
- ✓ **47 ações** discutidas, deliberadas e executadas pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla
- ✓ **+ de 24 mil** pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal e civil
- ✓ **+ de 607 agentes** públicos capacitados na temática de cooperação jurídica internacional

Migração, Refúgio e Naturalização

(2020 a out/2022)



+ de 137 mil processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos



32,9 mil processos de naturalização decididos



106.033 solicitações decididas de autorização de residência para fins laborais e de investimento



1 a 8 dias para decisões de processos de naturalização

OSCIPs

(2018 a nov/2022)

✓ **+ de 290**
entidades sem fins lucrativos qualificadas

Fundação Nacional do Índio (Funai)



2 milhões de cestas básicas distribuídas nas aldeias



233 mil famílias indígenas atendidas com cestas básicas



R\$ 34,7 milhões extraordinários concedidos



R\$ 83,7 milhões de recursos para prevenção da Covid-19



190 mil kits de higiene e limpeza distribuídos



124 mil bens culturais preservados

Arquivo Nacional



+ de 40 milhões acessos às bases de dados do Arquivo Nacional



+ de 7 milhões acessos aos documentos do acervo



+ de 4 mil servidores capacitados em gestão de documentos e arquivos



+ de 10 milhões de documentos digitalizados



+ de 150 mil pessoas alcançada com eventos

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)



+ de 2,1 mil Atos de Concentração notificados do Cade



+ de R\$ 5,4 trilhões em faturamento com Atos de Concentração notificados



+ de R\$ 1 bilhão em contribuições pecuniárias

SEGURANÇA PÚBLICA

Operações (2019 a nov/2022)

- ✓ **+ de 47 mil** operações realizadas (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 33 mil** armas apreendidas (FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 665 toneladas** de cocaína apreendida (FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 8 mil** toneladas de maconha apreendida (FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 1,2 bilhão** de maços de cigarros apreendidos (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 127,9 mil** veículos apreendidos (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 425** aeronaves apreendidas (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 1,7 mil** embarcações apreendidas (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)
- ✓ **+ de 133 mil** pessoas presas (DEPEN / FNSP / PF / PRF / SEOPI)

Departamento Penitenciário Nacional (Depen)



+ de R\$ 900 milhões de recursos federais na execução de 125 obras penitenciárias



+ de R\$ 160 milhões em doações de 2020 a nov/2022 aos estados



105,2 mil presos alcançados com educação formal



+de 476,8 mil presos alcançados com atividades educacionais



169 mil presos alcançados com atividades laborais

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen)



300 cursos
para capacitação na segurança
pública e defesa social



539,9 mil matrículas
para ensino à distância



7,6 mil capacitados
no ensino presencial



+de 14 milhões
de itens de segurança pública
adquiridos pelo ComprasSusp

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad)

(2019 a nov/2022)



+ de 800 leilões realizados



+ de R\$ 350 milhões em
receita da gestão de ativos
de leilões



+ de 13,7 mil ativos
destinados pela Senad

